

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA DE MEDIAÇÃO

Augusto César Cardoso Mendes – Faculdade Pitágoras¹

Fabíola Fernanda do Patrocínio – Faculdade Pitágoras²

Luíza Rafaela Brits – Faculdade Pitágoras³

Scarlet Francelli da Silva – Faculdade Pitágoras⁴

Eixo temático 1: Do direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social

Resumo

Esse artigo discute sobre a Educação Especial no Ensino Superior em se tratando de casos de deficiência adquirida. Baseando-se na Psicologia sócio histórica e nas vivências de extensionistas que atuaram em um núcleo de estímulo a inclusão e acesso de alunos com necessidades educacionais especiais de uma Instituição de Ensino Superior, buscamos apresentar o caso de uma estudante de graduação que foi acometida por cegueira durante sua formação e, em detrimento disso, foi encaminhada para ser atendida pelo núcleo supramencionado. Como metodologia, recorreremos à Teoria da Mediação na aprendizagem, discutida por Vygotsky, a qual foi robustecida a partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática. O conceito de mediação foi utilizado para que pudéssemos construir, junto a aluna, novas formas de mediação entre ela e os conteúdos repassados por seus professores, de modo que ela pudesse desenvolver outras formas de aprendizagem, dessa vez, sem o auxílio da visão. Esse processo se deu por meio da atuação dos extensionistas do aludido núcleo, os quais liam os textos, atividades, discutiam e produziam com a aluna novas possibilidades de aprendizagem. Também, foi realizada uma entrevista semi estruturada com a estudante atendida, de modo que conseguimos conhecer sua compressão acerca do processo de inclusão vivenciado por ela. Como resultado, verificamos que a proposta de mediação intermediada desenvolvida pelo núcleo com a estudante obteve resultado exitoso, haja vista que apresentou resultados positivos em relação ao que se esperava, isto é, a aluna conseguiu ter acesso aos conteúdos das aulas, bem como, conseguiu assimilá-los e obter aprovação em todas as disciplinas em que estava matriculada.

¹ Estudante concluinte de graduação em Psicologia, email: gutocm8@gmail.com

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG, email: fabiolaF21@hotmail.com

³ Estudante concluinte de graduação em Psicologia, email: luizabrits@gmail.com

⁴ Estudante concluinte de graduação em Psicologia, email: scarletfracelli@gmail.com

Palavras-chave: Educação Especial, Mediação Simbólica, Acessibilidade, Cegueira, Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade educacional proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996 que tem como finalidade oferecer, preferencialmente na rede regular de ensino, o acesso à educação para estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2001). Todavia, é premente dizer que essa terminologia encontra-se desatualizada, haja vista que, atualmente, deve-se utilizar a expressão “Transtornos do Espectro Autista”.

A escrita deste artigo é fundamentada pelo estudo de caso de uma aluna com deficiência adquirida (cegueira). Sendo assim, realizamos uma revisão bibliográfica, tanto para conhecer mais sobre o aspecto da inclusão de alunos com cegueira em Instituições de Ensino Superior, quanto para compreender, com mais qualidade, o conceito de Mediação proposto pelo Teórico Lev Vygotsky.

Assim sendo, afirma-se que esse artigo tem como objetivo apresentar o caso Selena, relatando seu desenvolvimento e delimitando seu processo, a partir da teoria da mediação. (VYGOTSKY, 1997). Esse texto discutirá acerca de como ocorreu o projeto de acessibilidade e inclusão da aluna supramencionada, que estudava em uma instituição de ensino superior privada, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, a qual se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) - que regulamenta a educação especial – para promover o acesso dos alunos com deficiência aos seus cursos. Sendo assim, a partir da articulação feita entre o conceito de mediação desenvolvido por Vygotsky (1997) e a aplicação do mesmo durante o atendimento da aluna Selena (nome fictício), construímos uma prática de atendimento inclusivo, a qual permitiu a estudante supramencionada entrar em contato com os conteúdos, materiais e discussões fornecidos por seus professores de outra forma, isto é, via intermédio,

o suporte dos atendentes do núcleo, os quais liam, discutiam e mediavam os conteúdos disponibilizados.

Este artigo busca compreender, então, o processo inclusivo de alunos com deficiência adquirida na graduação e responder a seguinte indagação: “Como ocorreu o processo de inclusão da aluna Selena no ensino superior?”

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: O CASO “SELENA”

Como já apresentado acima, o estudo de caso discutido nesse trabalho refere-se ao atendimento da aluna Selena, a qual é uma estudante de graduação que perdeu a visão total em decorrência de complicações causadas pela diabetes.

Em publicação feita pelo Ministério da Saúde, no ano de 2009, nos Cadernos de Atenção Básica (nº16), temos como conceito de Diabetes a seguinte definição:

O diabetes é um grupo de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia e associadas a complicações, disfunções e insuficiência de vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos. Pode resultar de defeitos de secreção e/ou ação da insulina envolvendo processos patogênicos específicos, por exemplo, destruição das células beta do pâncreas (produtoras de insulina), resistência à ação da insulina, distúrbios da secreção da insulina, entre outros. (Ministério da Saúde, 2009, p. 9).

No caso Selena, o diagnóstico da diabetes foi dado tardiamente, uma vez que a aluna afirmou nunca ter sentido nenhum mal-estar ou apresentado algum sintoma ou sinal decorrentes do aumento dos níveis de açúcar (glicose) no sangue. A estudante relatou ter perdido primeiramente a visão do olho direito. Selena afirmou que devida a perda súbita da vista direita, o médico que estava acompanhando o caso, suspeitou que ela estivesse com catarata, contudo, uma semana depois, ela perdeu a vista do olho esquerdo, o que a levou a realizar alguns exames, os quais indicaram que Selena estava com diabetes e por causa disso havia perdido a visão.

Para a aluna, muitos foram os desafios e questões que surgiram após a cegueira, como a perda de sua independência, a dúvida entre continuar estudando ou suspender a matrícula na faculdade, a incerteza sobre quais seriam os novos

mediadores que seriam usados como instrumentos para se localizar no mundo e os questionamentos sobre como é ser uma aluna cega.

Acompanhada de todas essas dúvidas, a aluna acessou o núcleo após o encaminhamento da coordenadora do curso de Psicologia. Em conversa com a professora responsável pelos atendimentos, Selena pôde entender como seria auxiliada pelo núcleo para continuar os estudos. Os atendimentos tinham como finalidade dar a aluna todo o suporte necessário para que ela tivesse acesso aos conteúdos que os outros alunos de sua classe recebiam. Selena foi informada que contaria com o auxílio de três extensionistas, os quais iriam estudar com ela e discutir todo o material de estudo repassado por seus professores.

Durante os atendimentos, o extensionista responsável por atendê-la naquele dia, receberia Selena na sala de atendimento do núcleo. Durante cerca de uma hora e meia, o extensionista iria ler o material disponibilizado pelo docente da disciplina e, em seguida, discutiria com a aluna a respeito dos conteúdos lidos. Esse formato de atendimento, permitia que o extensionista se colocasse no lugar de mediador entre os objetos (materiais de estudo) e a aluna.

A aluna relatou que, a princípio, teve dúvidas sobre como aprenderia os conteúdos das disciplinas sem conseguir ler os textos, contando somente com as pessoas que serviriam como mediadores entre ela e os materiais disponibilizados. Entretanto, após algum tempo, Selena percebeu que conseguiria aprender por meio do uso de mediadores e recursos que serviriam no processo de mediação entre ela e o mundo. Ela relatou, também, que alguns amigos e familiares começaram a realizar o mesmo processo de leitura e explicação sobre os conteúdos que estavam anotados em seus cadernos ou disponíveis em seu portal de estudos on-line. Esse fato demonstrou que a aluna aprendeu como utilizar os recursos que ela dispunha para realizar a mediação entre ela e o que estava ao seu redor. Esse aprendizado não permaneceu somente dentro do núcleo, ao contrário, a estudante levou essa experiência para outros ambientes e contextos em que estava inserida.

A aluna contava com o auxílio de familiares para se locomover até a faculdade e, ao chegar no local, era acompanhada por alguns colegas de classe que se dispunham a levá-la até a sala de aula. Selena não teve tempo para aprender a se deslocar sem o auxílio de outras pessoas, mas revelou ter tido dificuldade em se locomover sozinha e acostumar-se com instrumentos, como por exemplo a bengala para cegos. Pode-se inferir que a dificuldade no aprendizado da utilização da bengala se deu por não ter havido uma mediação entre ela e o instrumento, seja por uma experiência anterior ou uma instrução passada por outra pessoa, o que é fundamental para o aprendizado (Vygotsky, 1989, 1997, 2007).

Selena revelou ter tido dificuldades na adaptação das rotinas de estudo, como também, com os textos que deveriam ser lidos em sala de aula. Ainda, relatou que o acesso à plataforma de disciplinas on-line era algo complexo, uma vez que por mais acessível que ela fosse, ainda não era suficiente para suprir todas as necessidades de uma pessoa com deficiência visual.

A graduanda afirmou que quando ouvia uma pessoa apenas lendo algum texto, a dificuldade de concentração e entendimento era muito grande, o que tornava o aprendizado mais difícil. Suspeita-se que isso pode ter ocorrido porque o conteúdo não estava gerando um significado para a ouvinte (Vygotsky, 1989, 1997, 2007).

Pelo fato dos extensionistas serem, também, alunos do curso de Psicologia houve um maior domínio por parte deles para repassarem e discutirem os conteúdos ministrados. O contato prévio dos extensionistas com os materiais de estudo utilizados facilitaram a interação da aluna com o conteúdo estudado, uma vez que já conhecendo o material, os extensionistas tinham segurança para dirigirem os estudos com maior propriedade e profundidade. Tal fato possibilitou, com qualidade, o diálogo e os esclarecimentos de dúvidas da aluna.

Para Vygotsky (1989, 1997, 2007) a interação social é fundamental para a aprendizagem, pois através da mediação ocorre uma influência sobre a percepção que o sujeito tem do objeto e do mundo, o que possibilita a resignificação e o aprendizado. Diante disso, pode-se dizer que os atendimentos eram realizados sempre com muito respeito às dificuldades enfrentadas pela aluna. A relação

desenvolvida por Selenia e os extensionistas era bastante equilibrada, ética e motivadora, o que tornava o aprendizado mais favorável.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 205, define a educação como um direito de todos. Seguindo este princípio, a Instituição privada de Ensino Superior reconheceu a deficiência adquirida pela estudante e deu condições para que a aluna pudesse ter acesso ao mesmo ensino que os demais alunos tinham.

Para melhor elucidar acerca de como funciona a educação especial, é necessário diferenciar os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, uma vez que são termos que podem causar algum equívoco em relação aos seus significados. Isto porque são parecidos, mas que, no entanto, possuem conceitos diferentes. A Educação Especial, como já referida é assegurada pelo Estado e é garantida, também, através da LDB 13.632, de 2018 (art. 58, § 3º), que assegura que a educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida. (Brasil, 1996). Ela pode ser conceituada como:

[...] processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.1).

Entretanto, diferentemente da Educação Especial, a Educação Inclusiva é uma modalidade de ensino que busca incluir todas as pessoas, independentemente de serem deficientes ou não. Nesse sentido, ela visa promover dentro da escola um espaço de convivência e aprendizagem integrados, onde todos tenham o direito e o acesso à escolarização no mesmo espaço. A educação inclusiva é assegurada pelo Estado, uma vez que ela é garantida pela Constituição Federal de 1988 por meio dos artigos 205 e 208 (Brasil, 1988).

Em detrimento da aprovação de leis e normativas que exigem a oferta da educação inclusiva no ensino regular, ao longo dos anos, foram sendo desenvolvidas técnicas, métodos e recursos para auxiliar os alunos com deficiências gerais a acessarem ao mesmo ensino oferecido aos alunos que não apresentam nenhum tipo de deficiência ou transtorno. Um exemplo disso é a

utilização de computadores com programas de leitura de arquivos para alunos com deficiência visual, bem como, o uso de vários *softwares* que foram desenvolvidos com o objetivo de tornar a aprendizagem mais acessível para o aluno com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) define a educação especial, assegurando aos educandos o direito de acesso ao ensino. Assim sendo, o aluno com deficiência deve receber um atendimento especializado, o qual gere a igualdade de condições para possibilitar que esse sujeito tenha acesso à educação, uma vez que ele deve ser tratado com equidade perante à comunidade acadêmica.

Ao final do semestre, após ser aprovada em todas as disciplinas que estava matriculada, Selena submeteu-se a alguns procedimentos cirúrgicos que a possibilitaram recuperar parcialmente a visão dos dois olhos e, por isso, deixou de ser atendida pelo núcleo, uma vez que não havia mais demanda.

3 O CONCEITO DE MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A APRENDIZAGEM SEGUNDO VYGOTSKY ARTICULADO AO CASO “SELENA”

O psicólogo e teórico Lev Vygotsky (1989, 1997, 2007) entendia que durante o processo de aprendizagem, alguns instrumentos são utilizados como mediadores de modo a facilitar e tornar menos rudimentar a experiência de relacionar-se com o outro ou com o mundo. Para ele, os instrumentos de mediação são influenciadores na percepção do sujeito em relação ao objeto.

Lev Vygotsky (1989, 1997, 2007) salienta que os mediadores são instrumentos e meios que utilizamos para compreender e interagir com o mundo. Visto que Selena não podia mais ler os conteúdos propostos ou registrar anotações em seu caderno de estudos, devido ao seu quadro de cegueira, diferentes recursos foram, então, assumindo o papel de mediadores durante o seu processo de aprendizagem. Pessoas que se colocaram como parceiras da aluna no decorrer desse momento, tornaram-se instrumentos de mediação para ela, uma vez que colaboravam na mediação pedagógica de Selena. Isto porque eles liam e redigiam

para ela os materiais das aulas, acessavam seu portal de disciplinas on-line e contribuía para a realizaçã dessas atividades.

Pode-se utilizar da fala de Vygotsky (2007) para melhor elucidar sobre o modo como acontece a mediaçã por meio de instrumentos mediadores entre o indivíduo e um outro indivíduo (ou com o próprio mundo). O teórico afirma que a interaçã social é uma agente direta no desenvolvimento humano do sujeito, uma vez que ele precisa realizar interações para se desenvolver ao longo de sua existêcia.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 2007, p.33).

Vygotsky (1989, 1997, 2007) entendia que os indivíduos se utilizam de espécies de signos para entrarem em contato social com os outros. O estudioso considerava que a linguagem era o sistema semiótico mais importante de mediaçã, uma vez que ela pode ser entendida como um instrumento basilar para o processo de mediaçã, visto que por meio dela é possível estabelecer um vínculo primordial de contato com o mundo.

A linguagem tem sido discutida por diferentes teóricos. Bakhtin (1986) é um dos teóricos que tem contribuído para discutir sobre esse campo.

Bakhtin (1986), filósofo russo, entendia a linguagem como um canal direto de interaçã que não deve ser compreendido somente como um conjunto de mensagens isoladas. Segundo o estudioso, elas não são trocadas sem que antes haja a percepçã do fenômeno social que ocorre durante a interaçã verbal. Para ele essa é a constituiçã da linguagem:

A verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciaçã monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produçã, mas pelo fenômeno social da interaçã verbal, realizada pela enunciaçã ou pelas enunciações. A interaçã constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem (BAKHTIN, 1986, p. 123).

Restabelecendo a discussão proposta por Vygotsky, observa-se que Fino (2001), afirmava que o teórico entendia a linguagem como um recurso formado por signos, isto é, recursos utilizados pelo homem para representar, caracterizar, evocar o que não está presente. Os signos têm como finalidade tornar funcional a comunicação e desenvolver o pensamento (Vygotsky, 1989, 1997, 2007). Dessa forma, pode-se inferir que a linguagem é utilizada como instrumento mediador durante o processo de intercessão de um objeto e um sujeito ou, até mesmo, entre dois sujeitos ou mais.

Claramente, a linguagem existe, justamente, para que possa haver uma forma de o homem se relacionar com o mundo e desenvolver-se dentro dele. O recurso de mediação feito por meio da linguagem está, estritamente, presente durante o processo de aprendizagem. Partindo do pressuposto que a linguagem é composta por signos completos de significado, entende-se que durante o desenvolvimento da relação de ensino-aprendizagem, a linguagem é utilizada como recurso para possibilitar ao indivíduo maior apropriação e aproximação do objeto.

Durante essa dinâmica de mediação da aprendizagem, o professor - ou qualquer sujeito que corresponda a essa função - usa a linguagem como meio efetivo de subjetivar o objeto e, dessa forma então, promover maior êxito dos processos de aprendizagem feitos pelos instrumentos de mediação.

Assim sendo, pode-se dizer que tal mediação no âmbito pedagógico ocorre por dois elementos básicos que permeiam todo o processo: os instrumentos e os signos, sendo o segundo as representações mentais que substituem os objetos do mundo real.

4 OS DESAFIOS DA PERDA DA VISÃO E A INCLUSÃO COMO UM DIREITO PARA O SUJEITO CEGO

É possível que o sujeito que está perdendo gradativamente as vistas, não consiga perceber rapidamente que poderá ficar totalmente cego. Em situações relacionadas à perda da visão, além de todo o tratamento médico e mudanças de rotina, o sujeito tem que se adequar a uma deficiência adquirida e todos os desafios que são causados em virtude dela.

De acordo com o conceito dado pela Organização Mundial de Saúde em 1972, pode-se dizer que a cegueira é definida como visão menor de 20/500 no melhor olho de uma pessoa ou campo visual inferior a 10 graus.

A cegueira adquirida se difere da cegueira congênita em diversos pontos; enquanto na cegueira congênita o indivíduo nasce com a deficiência e aprende desde cedo a lidar com a limitação, a cegueira adquirida obriga o sujeito a desenvolver uma rotina adaptada para que ele consiga realizar suas atividades diárias.

Para o sujeito que adquiriu cegueira é necessário reaprender a viver e se readaptar ao espaço em que está inserido. Alguns recursos podem ser utilizados como meios para facilitar esse processo de adaptação, como o aprendizado da leitura em braille ou o domínio da utilização de recursos de leitura digital, por exemplo. Existe, ainda, a possibilidade da utilização de ferramentas que auxiliam na locomoção e realização de atividades cotidianas. Exemplo disso é a bengala branca, instrumento que é utilizado em diversos países por pessoas com cegueira como descrito pela WFDB – *World Federation of the Deafblind* (Federação Mundial de Surdocegos). Tal instrumento é utilizado para ajudar na mobilidade da pessoa com cegueira, além de servir como uma informação visual às outras pessoas a respeito da condição de baixa ou nenhuma visão de seu portador.

Vygotsky (1989, 1997, 2007) retrata que havia um grande misticismo por trás da cegueira, ora os cegos eram vistos como sábios, ora vistos como pessoas castigadas pelos deuses. Segundo ele, a limitação biológica é inegável, contudo, a limitação social não ocorre, visto que o sujeito pode se comunicar por palavras e aprender signos sociais.

Nos casos de cegueira, principalmente, o sujeito precisa reconhecer o mundo de uma outra maneira, usando diversos instrumentos para fazer mediação entre si e o que está ao seu redor. É necessário que ele aprenda a fazer uso de instrumentos que facilitem sua nova condição de vida, de modo a possibilitá-lo ter uma experiência assertiva de inclusão no ambiente em que está inserido.

Para Vygotsky (1989, 1997, 2007), a relação do indivíduo cego com o mundo não se dá sem conflitos, contudo, pode-se entender que esses desafios, precisamente, podem impulsionar o sujeito à superação.

A pessoa com deficiência visual tem por meio da educação inclusiva a garantia de diversos direitos e deve-se beneficiar de todos os recursos possíveis para auxiliá-la no processo de inclusão. No entanto, existem várias críticas sobre essa proposta de ensino inclusivo. Como afirma Libâneo (2017), esse modelo de educação foi formalizado antes mesmo dos professores receberem alguma capacitação para trabalharem com ele. Segundo o autor, como forma de reparar essa problemática, existem iniciativas que tem como finalidade a capacitação dos professores no atendimento de alunos com deficiências, como uma qualificação que seria oferecida sobre o assunto por meio de programas disponíveis na TV Escola.

A declaração de Salamanca diz que devem ser tomadas providências para assegurar a inclusão de jovens e adultos com deficiência em educação secundária e superior. O referido documento versa, também, sobre a atenção especial que deve ser dada para mulheres com deficiência que necessitam de igualdade de acesso e de oportunidades (ONU, 1994).

É importante ressaltar que, de acordo com a Declaração de Salamanca, esse apoio ao aluno com deficiência é obrigatório nas instituições de ensino, dado que todos os estudantes têm o direito de ter acesso à educação, uma vez que a educação é um direito humano.

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (ONU, 1994, p. 5).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação em um núcleo que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência possibilita o conhecimento às leis e diretrizes que garantem os direitos das pessoas com deficiência a uma educação igualitária, bem como, oportuniza

aos sujeitos envolvidos com esse tipo de trabalho, a compreensão dos dilemas, entraves, desafios, resultados e técnicas desenvolvidos e utilizados para a promoção do acesso e inclusão do aluno com deficiência.

Como extensionistas e sujeitos que participaram de todo o processo, percebermos a fala e postura de extrema gratidão da aluna que buscou esse atendimento. Vimos que a compreensão da aluna sobre seus direitos - como pessoa com deficiência - foi extremamente frágil e insuficiente. Foi possível observar que a estudante não compreendeu, de início, que os recursos utilizados para promover sua inclusão são assegurados em lei e, por isso, o que lhe foi oferecido como estratégia de inclusão não foram benesses ou favores, mas sim direitos que devem ser cumpridos. A falta de divulgação e instrução sobre os direitos das pessoas com deficiência – adquirida ou não – pode gerar a dificuldade de compreensão dessas acerca daquilo que lhes é garantido por Lei.

É de grande importância que os sujeitos estejam cientes de seus direitos para que possam reivindicá-los, defender-se das diversas formas de exclusão e ter acesso às ferramentas e serviços inclusivos. A circunstância de Selena ter desenvolvido a deficiência de forma acelerada é um dos pontos que nos permite inferir que ela não teve tempo de buscar dados sobre as leis e ações afirmativas que defendem os direitos das pessoas com deficiência visual.

Durante uma entrevista aberta, a aluna disse que ficou surpresa em ter sido aprovada em todas as disciplinas do semestre, o que demonstrou uma certa descrença em sua própria capacidade o que, de certa forma, evidenciou que ela atribuiu ao serviço prestado pelo núcleo a notoriedade dos seus resultados. Entretanto, é fato que sem o empenho e o esforço da discente para prosseguir com os estudos, os serviços prestados pelo núcleo não teriam sido tão assertivos. É substancial afirmar que, por muitas vezes, nós extensionistas do núcleo, sentimo-nos inseguros com relação a eficácia de nossa atuação. Recorrentemente, questionávamo-nos se estávamos de fato exercendo a inclusão e não invadindo o processo de autonomia nos estudos da aluna.

Contudo, a segurança a respeito da qualidade dos atendimentos prestados era estimulada através de reuniões que ocorriam no núcleo, em que se estudava acerca das formas possíveis de promover inclusão, acesso e permanência no ensino superior para os alunos com deficiência.

Os extensionistas perceberam que, por muitas vezes, o núcleo e sua coordenadora tinham que trabalhar de forma incisiva para promoverem uma experiência melhor de acessibilidade, inclusão e cumprimento do que é estipulado em Lei. Como exemplos de mudanças que aconteceram em detrimento das reivindicações feitas pelo núcleo, podem-se citar a reforma da rampa de acesso, a adequação dos pisos podotáteis que, em alguns pontos da faculdade haviam sido instalados de forma errada e a aquisição de uma ferramenta de conversão de textos em áudio.

Até então, ainda há muito a ser feito para que a educação inclusiva seja, de fato, instaurada dentro de ambientes acadêmicos. Exemplos disso são: a maior acessibilidade do portal de disciplinas on-line para que o aluno com deficiência tenha acesso aos seus materiais e atividades de forma autossuficiente e a adequação na forma como os alunos com deficiência são avaliados, uma vez que, possivelmente, os instrumentos de avaliação são excludentes para alguns grupos de estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

Políticas de incentivo e fiscalização da implementação das leis que asseguram a educação inclusiva são de suma importância para que as demais instituições de ensino do país busquem criar e aperfeiçoar os projetos e programas que têm como finalidade promover a inclusão dos alunos com deficiência.

É importante mencionar que as discussões sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior não se esgotam aqui. Ao contrário, entende-se que esse trabalho pode ser considerado como uma entre as mais variadas contribuições acadêmicas sobre essa temática. Espera-se que esse tema continue sendo pesquisado e explorado, uma vez que as contribuições oriundas dessa discussão muito podem acrescentar tanto para as pessoas com deficiência que querem ingressar no ensino superior, como para as próprias instituições que

oferecem esse tipo de ensino. Finalizando, não se deve esquecer que a inclusão é um direito de todos e que isso não se pode perder de vista!

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem** (1a ed.). Editora 34. (1986).
- BRASIL, Constituição de 5 de out. de 1988: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.
- BRASIL, Decreto nº 9394 de 20 de dez. de 1996 (LDB): **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF.
- BRASIL. LEI Nº 13.632, DE 6 DE MARÇO DE 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida, Brasília, DF.
- BRASIL, Resolução Cne/Ceb nº 2, de 11 de setembro DE 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF
- ESPAÑA, Declaração de Salamanca, de 10 de jun. de 1994: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca.
- Fino, C. N. **Vygotsky e a zona de desenvolvimento proximal: Três implicações pedagógicas** (2a ed.). Braga: Revista Portuguesa de Educação. (2001).
- Góes, M. C. R.. **Políticas e práticas de educação inclusiva** (4a ed.). Campinas: Autores Associados. (2013)
- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F., & Toschi, M. S. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização** (5a ed.). São Paulo: Cortez Editora. (2007).
- Vygotsky, L. S. **A formação social da mente** (7a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (2007).
- Vygotsky, L. S. **Fundamentos da defectologia** (2a ed.). Cuba: Pueblo y Educación. (1997).
- Vygotsky, L. S. **Pensamento e linguagem** (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. 33 p. (1989).